

# Museu Afro Brasil

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020 e 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Assurance Services Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Diretores da  
Associação Museu Afro Brasil  
São Paulo – SP

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Museu Afro Brasil (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo 1, e pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo 2 na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas” do nosso relatório, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Museu Afro Brasil em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas.

### **Base para opinião com ressalvas**

1. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 possui na rubrica de acervo de obras de arte o montante de R\$ 2.449 mil (R\$ 2.449 mil em 31 de dezembro de 2019). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Associação possui registrado 128 obras de arte (118 obras de arte em 31 de dezembro de 2019) recebidas em doação, as quais foram registradas a valor simbólico de R\$ 0,01 (um centavo) cada, em virtude de a identificação e determinação do valor justo desses ativos recebidos envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a mensuração a valor justo de ativos recebidos em doação. Se essas obras de arte tivessem sido mensuradas pelos seus respectivos valores justos, a rubrica de acervo de obras de arte e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 poderiam ser afetados de forma relevante, assim como os elementos componentes das demonstrações do resultado abrangente, das mutações do



patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Os efeitos da mensuração dos referidos valores justos sobre as demonstrações financeiras não foram determinados.

2. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº5, a Associação procedeu em anos anteriores a avaliação do valor justo do acervo de obras de arte recebido em doação, apurando o montante de R\$ 1.951 mil, registrado na rubrica de imobilizado em contrapartida a rubrica de doações no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, a Associação ainda está em processo de revisão do laudo de avaliação a fim de contemplar os critérios e metodologias utilizadas para a mensuração do valor justo.

Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto a adequação da avaliação da mensuração do valor justo do acervo de obras de arte recebido em doação e os possíveis efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam



influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC 2SP2SP023222/O-4

Flavio Gozzoli Gonçalves  
Contador CRC 1SP290557/O-2



787189 - 01 -  
Quadros Museu Afr

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

Constituída em 07 de dezembro de 2004, a Associação Museu Afro ou (“Associação”), é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, localizada no Parque Ibirapuera, que tem por objetivos a promoção da cultura e da educação, a defesa e conservação do patrimônio histórico, cultural e artístico, por meio da colaboração técnica, material e financeira visando a preservação e conservação do acervo artístico e a divulgação do Museu Afro-Brasil. Em 08 de abril de 2009 a entidade foi qualificada como Organização Social de Cultura, nos termos da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 846/98.

#### **1.2 Coronavírus (“COVID-19”)**

O Coronavírus (COVID-19) foi reconhecido como pandemia em 11 de março de 2020. A maioria dos governos mundiais passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus e o aumento significativo da incerteza econômica. O setor de entreterimento foi afetado com o fechamento temporário das atividades abertas ao público em geral. A Associação teve de readequar junto a Secretaria de Cultura e os demais parceiros de projetos, a forma de atuação no cumprimento das obrigações contratuais. As principais iniciativas adotadas pela Administração da Associação foram:

- Fechamento dos Museus com visitação ao público pelo período proibitivo de acordo com as determinações do governo;
- Implantação de home-office para todos os colaboradores;
- Readequação das metas e obrigações do contrato de gestão para o exercício de 2020;
- Renegociação de contratos com prestadores de serviços;
- Adesão a Medida Provisória (MP) 936/2020, com a redução de jornada de trabalho (entre 25% e 70%).

Devido os impactos ocasionados pelo Covid-19, houve uma redução do valor dos repasses do contrato de gestão. O valor firmado para o exercício de 2020 estava previsto para serem repassados no montante de R\$ 9.634, no entanto, com o cenário de pandemia, a Secretaria de Cultura emitiu o 6º aditamento do Contrato de Gestão, com o valor revisado para R\$ 8.404 e em contrapartida todas as metas qualitativas de execução foram realinhadas com a Secretaria de Cultura. A Associação mantém suas operações asseguradas, pelo Contrato de Gestão que possui vigência até 31 de dezembro de 2022.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 22 de fevereiro de 2021.



**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 3.d (ii)** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 8** - mensuração de provisões para contingências.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no

resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

#### *Empréstimos e Recebíveis*

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outras contas a receber.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

#### *Recurso vinculados a projetos*

Os recursos vinculados a projetos abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e projetos incentivados e outros ajustes que lhe deram origem.

#### **(ii) Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### **(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019, incluindo operações de *hedge*.

#### **b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.

- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

**c. Estoques**

Os estoques estão relacionados, aos livros e catálogos recebidos em doação ou adquiridos no mercado e outros produtos de revenda. Esses valores são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. Os valores de estoques contabilizados, não excedem os valores de mercado.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulado, quando necessário.

As obras de arte integrantes no exercício de 2020 e 2019 ao acervo imobilizado da Associação, estão apresentados pelo valor simbólico de R\$ 0,01 (um centavo) cada, as demais obras foram registradas pelo valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 5.

**(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos processamento de dados	5 anos
Equipamentos de telecomunicação	5 anos
Ferramentas	5 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2 anos
Biblioteca	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**e. Redução ao valor recuperável**

**Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica

que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

**f. Provisões e passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

**g. Benefícios a empregados**

A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**h. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

**i. Doações e patrocínios de terceiros**

As doações para custeio são reconhecidas como receita no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função da Associação não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

Os patrocínios incentivados e outros recursos vinculados recebidos pela entidade, quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Associação, são reconhecidas como passivo e apropriadas ao resultado a medida que transcorra a efetivação dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento.

**j. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

**k. Receitas com trabalhos voluntários**

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020 a Associação registrou o montante de R\$ 7 (R\$ 27 em 2019) referente a trabalhos voluntários.

**l. Gerenciamento de risco financeiro**

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº14.

***Estrutura do gerenciamento de risco***

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

**4 Recursos vinculados a Projetos**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Banco conta movimento	27	64
Aplicações financeiras	2.110	2.173
	<u>2.137</u>	<u>2.237</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 92% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2020 e 2019.

## 5 Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2020	2019
Instalações	10%	102	(88)	14	17
Móveis e utensílios	10%	335	(317)	18	31
Máquinas e equipamentos	10%	337	(304)	33	43
Equipamentos processamentos de dados	20%	429	(381)	48	12
Equipamentos de telecomunicação	20%	34	(34)	-	-
Ferramentas	20%	49	(49)	-	-
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	50%	1.357	(452)	905	1357
Biblioteca	10%	35	(26)	9	12
Acervo - obras de arte (a)	-	2.499	-	2.499	2.499
Acervo - esculturas	-	733	-	733	716
<b>Total</b>		<b>5.910</b>	<b>(1.651)</b>	<b>4.259</b>	<b>4.687</b>

- (a) No exercício de 2016 a Associação registrou o montante de R\$ 1.951, correspondente as obras de artes recebidas como doação, que até então não estavam registradas no balanço da Associação. O valor justo correspondente a esses ativos estão em processo de revisão do laudo de avaliação a fim de contemplar eventuais alterações para melhor clareza em relação a critérios e metodologias utilizadas para sua mensuração.

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
<b>Movimentação do custo</b>				
Equipamentos de processamento de dados	388	40	-	428
Equipamento de telecomunicação	34	-	-	34
Ferramentas	49	-	-	49
Instalações	102	-	-	102
Móveis e utensílios	331	3	-	334
Máquinas e equipamentos	329	7	-	336
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.357	-	-	1.357
Biblioteca	35	-	-	35
Acervo - obras de arte (a) e (b)	2.499	30	-	2.529
Acervo - esculturas	716	17	-	733
<b>Total</b>	<b>5.840</b>	<b>97</b>	<b>-</b>	<b>5.937</b>
<b>Movimentação da depreciação</b>				
Equipamentos de processamento de dados	(376)	(5)	-	(381)
Equipamento de telecomunicação	(34)	-	-	(34)
Ferramentas	(49)	-	-	(49)
Instalações	(85)	(3)	-	(88)
Móveis e utensílios	(300)	(17)	-	(317)
Máquinas e equipamentos	(286)	(18)	-	(304)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	(452)	-	(452)
Biblioteca	(23)	(3)	-	(26)
<b>Total</b>	<b>(1.153)</b>	<b>(498)</b>	<b>-</b>	<b>(1.651)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>4.687</b>	<b>(401)</b>	<b>-</b>	<b>4.286</b>

- (b) Em 2020 e 2019 a Associação recebeu como doação 10 (dez) e 28 (vinte e oito) obras de arte respectivamente, que foram registradas ao valor simbólico de R\$ 0,01 (um centavo) cada. Devido os saldos estarem apresentados em reais mil, não é possível identificar essa variação na movimentação do ativo imobilizado.
- (c) A Associação possui um contrato de comodato com o seu representante legal de 2.811 (dois mil, oitocentos e onze) itens de acervo pessoal, firmado em 14 de outubro de 2020 com vigência de 01 ano, tendo como obrigação a conservação e manutenção dos acervos.

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
<b>Movimentação do custo</b>				
Equipamentos de processamento de dados	388	-	-	388
Equipamento de telecomunicação	34	-	-	34
Ferramentas	49	-	-	49

**Museu Afro Brasil**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2020 e 2019**

Instalações	102	-	-	102
Móveis e utensílios	315	16	-	331
Máquinas e Equipamentos	312	17	-	329
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (c)	-	1.357	-	1.357
Biblioteca	32	3	-	35
Acervo - obras de Arte (a) e (b)	2.499	-	-	2.499
Acervo - esculturas	686	30	-	716
<b>Total</b>	<b>4.417</b>	<b>1.423</b>	<b>-</b>	<b>5.840</b>
<b>Movimentação da depreciação</b>	<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
Equipamentos de processamento de dados	(372)	(4)	-	(376)
Equipamento de telecomunicação	(34)	-	-	(34)
Ferramentas	(49)	-	-	(49)
Instalações	(82)	(3)	-	(85)
Móveis e utensílios	(284)	(16)	-	(300)
Máquinas e Equipamentos	(269)	(17)	-	(286)
Biblioteca	(21)	(2)	-	(23)
<b>Total</b>	<b>(1.111)</b>	<b>(42)</b>	<b>-</b>	<b>(1.153)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>3.306</b>	<b>1.380</b>	<b>-</b>	<b>4.687</b>

(c) Em 2019 foi realizada a reforma estrutural e arquitetônica da Entidade, incluindo pintura, troca parcial do telhado e cerâmica, bem como reforma da fachada da Entidade, o projeto de reforma foi concluído no final do mês de dezembro de 2019, e entrou em uso a partir de janeiro de 2020.

O imobilizado da Associação é composto pelos ativos de propriedade da Associação e os de propriedade da Secretária da Cultura, que foram integrados a Associação e ou adquiridos com recursos advindos do contrato de gestão e podem ser assim apresentados:

Custo	2020			2019		
	Contrato de gestão	Associação	Total	Contrato de gestão	Associação	Total
Equipamentos processamento de dados	330	98	429	290	98	388
Equipamento de telecomunicação	18	16	34	18	16	34
Ferramentas	15	34	49	15	34	49
Instalações	34	68	102	34	68	102
Móveis e utensílios	171	163	335	166	165	331
Máquinas e Equipamentos	181	155	337	180	149	329
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.357	-	1.357	1.357	-	1.357
Biblioteca	25	10	35	26	9	35
Acervo - obras de Arte	448	2.081	2.529	418	2.081	2.499
Acervo - esculturas	359	374	733	342	374	716
<b>Total</b>	<b>2.938</b>	<b>2.999</b>	<b>5.937</b>	<b>2.846</b>	<b>2.994</b>	<b>5.840</b>
<b>Depreciação</b>	<b>Contrato de gestão</b>	<b>Associação</b>	<b>Total</b>	<b>Contrato de gestão</b>	<b>Associação</b>	<b>Total</b>
Equipamentos processamento de dados	(283)	(98)	(381)	(278)	(98)	(376)
Equipamento de telecomunicação	(18)	(16)	(34)	(18)	(16)	(34)
Ferramentas	(15)	(34)	(49)	(15)	(34)	(49)
Instalações	(20)	(68)	(88)	(17)	(68)	(85)
Móveis e utensílios	(152)	(165)	(317)	(137)	(163)	(300)
Máquinas e Equipamentos	(151)	(153)	(304)	(133)	(153)	(286)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(452)	-	(452)	-	-	-
Biblioteca	(18)	(8)	(26)	(14)	(9)	(23)
<b>Total</b>	<b>(1.109)</b>	<b>(542)</b>	<b>(1.651)</b>	<b>(612)</b>	<b>(541)</b>	<b>(1.153)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>1.829</b>	<b>2.457</b>	<b>4.286</b>	<b>2.234</b>	<b>2.453</b>	<b>4.687</b>

## **6 Obrigações trabalhistas e encargos sociais**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Provisão de Férias	380	416
INSS a recolher	108	117
FGTS a recolher	37	38
PIS a recolher	5	5
Outros	47	-
	<hr/>	<hr/>
	<b>577</b>	<b>576</b>



## 7 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Descrição Custo	Saldos em 31/12/2019	Valores recebidos repasses	Captação de recursos	Rend. financ.	Consumo	Imobilizado	Transf.	Outras Movimentações	Saldos em 31/12/2020
Contrato de Gestão nº 003 /2017	3.673	8.404	241	42	(9.531)	-	(95)	23	2.764
(-) Obrigações com o Estado - Imobilizado	(2.234)	-	-	-	-	402	-	-	(1.832)
<b>Subtotal - Contrato de Gestão</b>	<b>1.439</b>	<b>8.404</b>	<b>241</b>	<b>42</b>	<b>(9.531)</b>	<b>402</b>	<b>(95)</b>	<b>23</b>	<b>932</b>
Projeto Rainer Hartmut	4	313	17	4	(152)	1	95	-	282
Projeto João Camara	19	-	-	-	-	-	-	-	19
<b>Sub Total</b>	<b>23</b>	<b>313</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>(152)</b>	<b>1</b>	<b>95</b>	<b>-</b>	<b>301</b>
<b>Total de Projetos</b>	<b>1.462</b>	<b>8.717</b>	<b>258</b>	<b>46</b>	<b>(9.683)</b>	<b>403</b>	<b>-</b>	<b>23</b>	<b>1.233</b>

- **Valores recebidos/captados** -referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** -referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar.
- **Consumo** -referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

### **Contrato de Gestão - 003/2017**

A Associação firmou com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, o contrato de gestão nº 03/2017, firmado em 21 de dezembro de 2017, com início de vigência de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2022, para a execução de atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no Museu Afro Brasil, com o valor global de repasses estimados na época em R\$ 47.305. Em 27 de dezembro de 2019 foi firmado o 5º Termo de Aditamento alterando o Plano de Trabalho, elevando o valor total do Contrato de Gestão para R\$ 51.717, devido a pandemia causada pelo Covid-19 a Secretaria de Cultura, emitiu o 6º Termo de Aditamento de Contrato reduzindo os repasses que estavam previstos para o exercício de 2020, atualizando o valor global de repasses do contrato de gestão para R\$50.868. Abaixo demonstramos o cronograma de recebimento do contrato para os exercícios correspondentes:

<b>Repasses do Contrato de Gestão nº 03/2017</b>	<b>Recebidos</b>	<b>A receber</b>	<b>Total</b>
2018	12.560	-	12.560
2019	10.254	-	10.254
2020	8.404	-	8.404
2021	-	9.825	9.825
2022	-	9.825	9.825
	31.218	19.650	50.868

### ***Outras informações***

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Associação também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela venda de mercadorias (loja), prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de administração de projetos;
- (ii) Doações, legados e contribuições de pessoas físicas e entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iii) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Por força dos Contratos de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e/ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2020 foram preparados e encaminhados para as Unidades da Secretaria da Cultura, e já foram objetos de apreciação e aprovação pela respectiva Unidade Gestora. As prestações de contas referentes aos relatórios de atividades anual serão enviados em fevereiro de 2021.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

## **8 Provisão para Contingências**

O Museu Afro reconhece a provisão para riscos civis e trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2020, a Associação figura como reclamada em ações de natureza trabalhista e cível. Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 507 (R\$ 378 em 2019), relativo ao risco classificado pelos assessores jurídicos como de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Associação enquanto discute as ações de natureza cível e trabalhista, mantém R\$ 419 garantidos por depósitos judiciais.

## **9 Remuneração da Administração**

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

## **10 Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembléia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 no Decreto Estadual nº 43.493/98.

## **11 Receitas operacionais**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Recursos do contrato de gestão	9.337	10.204
Bilheteria	109	261
Receita Financeira	42	105
Outras Receitas	43	350
	<u><b>9.531</b></u>	<u><b>10.920</b></u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Associação também mantém as fontes de recursos advinda de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

## 12 Despesas com pessoal

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Salários	(2.998)	(3.260)
INSS	(929)	(1.069)
FGTS	(514)	(453)
Assistência médica	(487)	(399)
Vale-refeição	(434)	(344)
Rescisões	(424)	(295)
13º salário	(256)	(243)
Férias	(234)	(335)
Vale-transporte	(67)	(53)
PIS - folha	(30)	(35)
Autônomos	(16)	(10)
Outras despesas com pessoal	(139)	(98)
	<u>(6.528)</u>	<u>(6.594)</u>

## 13 Despesas Gerais (programa cultural)

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Serviços de terceiros	(1.032)	(1.930)
Programação cultural (a)	(368)	(487)
Água, luz e telefone	(180)	(247)
Conservação e manutenção	(112)	(876)
Projeto gráfico (b)	(131)	(93)
Serviços educativos	-	(25)
Outras despesas	(343)	(66)
	<u>(2.166)</u>	<u>(3.724)</u>

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais das principais atividades da Associação:

Descrição	<b>Programas</b>			
	<b>Programação cultural</b>		<b>Projeto Grafico</b>	
	(a)		(b)	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Serviços de impressão e publicação	(87)	(149)	(20)	(23)
Serviços visuais	(44)	(22)	-	-
Materiais para montagem e manutenção	(30)	(53)	-	-
Seguros	(22)	(33)	-	-
Frete e carretos	(12)	(51)	-	-
Hospedagem e estadias	(8)	(6)	-	-
Serviços de recepção e plestrantes	(6)	(48)	-	-
Fotografia e cenografia	-	(7)	-	-
Outras despesas	(160)	(118)	(111)	(70)
	<u>(368)</u>	<u>(487)</u>	<u>(131)</u>	<u>(93)</u>

## 14 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

### **Estimativa do valor justo**

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

### **Instrumentos financeiros “Não derivativos”**

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A**—A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C**—Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, a Entidade está sujeita aos fatores de:

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

### ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade e no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O

Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

## **15 Avais, fianças e garantias**

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2020 e 2019.

## **16 Renúncia fiscal**

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ITCMD (Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos)

## **17 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 10.435.

\* \* \*

Emanoel Alves de Araújo  
Diretor Executivo

Rogério Gerlah Paganatto  
CRC 1SP131987/0-3